



REVISTA DE INVESTIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS

vol. 1 | n. 3 | setembro/dezembro 2014 | ISSN 2359-5639 | Periodicidade quadrimestral

Curitiba | Núcleo de Investigações Constitucionais da UFPR | www.ninc.com.br

Editorial

Editorial

Revista de Investigações Constitucionais

ISSN 2359-5639

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rinc.v1i1.44818>



Licenciado sob uma Licença Creative Commons
Licensed under Creative Commons

O diálogo entre Direito Constitucional e outros ramos jurídicos

Dialogue between Constitutional Law and other legal branches

Foi-se o tempo em que o estudo do Direito Constitucional se reduzia a uma atividade lútero-poético-recreativa (para utilizar uma expressão cara ao Professor Ro-meu Felipe Bacellar Filho). Desde que as previsões constitucionais deixaram de ser encaradas como disposições meramente indicativas e desprovidas de caráter normativo, passando então a assumir força jurídica e imperativa, essa disciplina transformou-se radicalmente. O papel central que a Constituição adquiriu nos sistemas jurídicos nos últimos 50 anos, com o reconhecimento de sua supremacia sobre todas as normas, imprimiu ao Direito Constitucional uma importância transcendental.

Pari passu com a elevação da Constituição ao topo da hierarquia entre as fontes jurídicas, desenvolveu-se um processo de constitucionalização do Direito, com a inserção, nos textos constitucionais, de questões originalmente ligadas a outros ramos jurídicos, tais como o Direito Penal, o Direito Civil, o Direito do Trabalho, o Direito Processual Civil e Penal, entre tantos outros. Em grande parte dos Estados Democráticos contemporâneos, o estudo de qualquer das disciplinas jurídicas passou a exigir, também, o conhecimento acerca dos pilares e aspectos fundamentais da Constituição, a ponto de se tornar comum a referência ao Direito Civil-Constitucional, ao Direito Constitucional Tributário, ao Direito Administrativo Constitucional, etc.

Como citar este editorial | How to cite this editorial: HACHEM, Daniel Wunder. Editorial: O diálogo entre Direito Constitucional e outros ramos jurídicos. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 1, n. 3, p. 4-6, set./dez. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rinc.v1i3.44820>.

Esse imprescindível diálogo entre o Direito Constitucional e outros campos do conhecimento é um dos enfoques que se pretende conferir à **Revista de Investigações Constitucionais**. Com esse objetivo, este número conta com trabalhos marcados pelo flerte do Direito Constitucional com o Direito Administrativo, a Teoria do Estado, o Direito Eleitoral e o Direito Internacional.

A edição ora apresentada é formada por artigos em 3 idiomas (inglês, espanhol e português), de autoria de professores filiados a 5 instituições de 3 países distintos (Uruguai, Espanha e diferentes Estados da federação brasileira – Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro). Entre os trabalhos publicados nesta edição, 100% são de Professores Doutores, 66% redigidos em língua estrangeira, 33% de autores estrangeiros e 100% de autores exógenos ao Estado do Paraná. São eles:

- Centralidad del administrado en el actual Derecho Administrativo: impactos del Estado Constitucional de Derecho

Carlos E. Delpiazzo

Catedrático de Derecho Administrativo en la Facultad de Derecho de la Universidad de Montevideo (Montevideo, Uruguay)

- Brazil's administrative justice system in a comparative context

Ricardo Perlingeiro

Full Professor at the Law School of Fluminense Federal University (UFF – Rio de Janeiro-RJ)

- Dialogical constitutionalism manifestations in the Brazilian judicial review

Vanice Regina Lírio do Valle

Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Estácio de Sá – UNESA (Rio de Janeiro-RJ)

- El Estado Autonómico y los nacionalismos

Jaime Rodríguez-Arana Muñoz

Catedrático de Derecho Administrativo en la Universidad da Coruña (La Coruña, España)

- A resolução n. 22.585/2007 do Tribunal Superior Eleitoral e a violação de direito civil e político fundamental: aspectos introdutórios

Rogério Gesta Leal

Professor Titular da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC (Santa Cruz do Sul-RS) e da UNOESC

Denise Bittencourt Friedrich

Professora da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC (Santa Cruz do Sul-RS)

- Corte Interamericana de Direitos Humanos e jurisdição constitucional: judicialização e ativismo judicial em face da proteção dos direitos humanos e fundamentais?

Mônica Clarissa Hennig Leal

Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC (Santa Cruz do Sul-RS)

Espera-se, com a publicação dos excelentes estudos aqui apresentados, contribuir para a necessária interconexão entre o Direito Constitucional e os outros setores do conhecimento jurídico.

Curitiba, dezembro de 2014.

Prof. Dr. Daniel Wunder Hachem

Coordenador Editorial da Revista de Investigações Constitucionais